

O SETOR DA MÚSICA COMO OBJETO DAS POLÍTICAS CULTURAIS FEDERAIS.

Karina Poli¹

RESUMO: Esse trabalho consiste em uma breve apresentação de uma etapa da minha pesquisa de doutorado, e vem trazer os resultados da análise dos dados do Sistema Salic Net, sobre os investimentos da iniciativa privada no setor de música no ano de 2013, e verificar junto com outros instrumentos de políticas culturais os impactos do financiamento público nesse setor.

PALAVRAS-CHAVE: Política Cultural, Financiamento Público, Setor Musical, Industria Cultural, Industria Criativa.

Apresentação da Pesquisa

Essa é uma parte de minha pesquisa de doutorado, nela, pretendo discutir o setor musical no contexto atual das políticas culturais internacionais e nacionais. Serão discutidos os paradigmas das políticas culturais internacionais, e analisadas as políticas culturais brasileiras procurando encontrar as convergências, ou não, aos principais discursos multilaterais e verificar, se no Brasil, algumas ferramentas de gestão de negócios aplicadas à cultura, podem ajudar o setor de música a se reorganizar dentro de um contexto hegemônico das indústrias criativas globais. A tese está em processo de elaboração, e este artigo apresenta uma análise dos investimentos com renúncia fiscal, realizados pelas empresas privadas no setor da música. Através destes dados procuraremos entender como o dinheiro público foi aplicado no setor em 2013 e assim discutir, ainda que superficialmente, se o atual mecanismo de financiamento está atendendo as demandas reais do setor.

Para essa análise serão utilizados os dados extraídos do Sistema Salic Net, tabulados, sistematizados e analisados entre os meses de outubro de 2013 e janeiro de 2014. Em principio apresentaremos rapidamente os estágios atuais da implementação da Política Nacional Cultural, que vem sendo desenvolvida desde a gestão do Ministro Gilberto Gil em 2002. Falaremos do papel da Funarte e suas ações na condução da revisão do Plano Setorial da Música junto ao Colegiado Setorial da Música. Através dos textos produzidos pelos órgãos oficiais, como a antigo Plano Setorial da Música e as Metas do Plano Nacional de Cultura,

¹ Karina Poli é aluna de Doutorado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, orientanda do Prof. Dr Mitsuru Yanaze, bolsista da FAPESP e sua tese discute o conceito de Marketing Cultural no contexto das Indústrias Criativas e os reflexos das políticas culturais nacionais no setor da música no Brasil. E-mail: karinapoli@uol.com.br.

identificaremos se o financiamento público está atendendo as demandas colocadas pela classe durante a elaboração desses documentos.

O setor da Música no Brasil.

O Setor de música no Brasil já foi, na década de 1980, muito importante para as indústrias culturais globais. A indústria fonográfica brasileira foi uma das mais expressivas em número de vendas, e um dos mercados mais estratégicos dentro da América Latina. A organização do mercado musical brasileiro, durante mais de 60 anos seguiu as estratégias dos grandes conglomerados de entretenimento como a Sony, Universal, Warner, editoras de boa parte do nosso cancionário popular. Com o crescimento do uso da internet e a reorganização dos modelos de negócios das indústrias culturais, o mercado musical brasileiro se desestruturou. O mercado fonográfico se dirigiu para a consolidação de um mercado de distribuição de conteúdos digitais, enquanto as apresentações ao vivo, tornaram-se uma das principais fontes de renda dos profissionais da música (sobretudo instrumentistas sem carreira de projeção nacional e internacional), uma vez que o setor de gravação se transformou completamente e os antigos músicos de estúdio, tiveram que ampliar as suas possibilidades de rendimentos com apresentações ao vivo, aulas e publicidade.

Trabalhos como de Eduardo Vicente, Davi Nakano, Michael Herschmann, Leonardo de March, Luciana Requião, nos ajudam a entender como se organizava a indústria fonográfica no Brasil e como, depois da década de 1990, ela se desestruturou. Os trabalhos também apresentam a descrição e análise da indústria fonográfica nacional e o modo como ela vem participando e se adequando ao mercado digital. É possível compreender com essas leituras, as transformações no exercício profissional da carreira de músico, tanto no que se refere à diversificação da fonte de renda com aulas, gravações de publicidade, como também na nova importância das apresentações ao vivo para a geração de trabalho e renda. Outro ponto discutido por esses autores, principalmente por Luciana Requião, está relacionado às precárias condições de trabalho, e a pouca eficiência dos órgãos e instâncias de regulamentação, ultrapassadas em relação a tecnologia e estratégias de gestão, como a Ordem dos Músicos do Brasil - OMB e o Escritório Central de Arrecadação de Direitos - ECAD, criadas em um período onde o mercado estava organizado com base em outro modelo de negócio.

Ao estudar o mercado percebemos que os músicos estão se agrupando em novas associações, como por exemplo a Associação Brasileira da Música Independente - ABMI e a

Brazilian Music & Arts -BM&A, para encontrarem soluções coletivas como a elaboração de sistemas de recolhimento de direitos autorais de execução pública de fonogramas no mercado digital, nacional e internacional ou para buscarem melhores oportunidades de difusão e circulação de espetáculos no mercado nacional e internacional. Também, devido a importância da música ao vivo como fonte de renda para o artista, associada ao aumento da indústria do entretenimento e do turismo, a classe musical se organiza para trabalhar em agrupamentos locais de práticas de lazer e vida noturna, como a Vila Madalena em São Paulo e a Lapa no Rio de Janeiro para dar dois exemplos, nos grandes centros das cidades brasileiras, e isso acabou por consolidar em uma oferta muito rica de espetáculos musicais de diferentes gêneros em todo território nacional, no entanto, existe uma crise de público, e a concentração desta oferta faz com que a apresentação ao vivo, quando não subsidiada, adquira uma característica de risco no que se refere a geração receita para o trabalhador da música. Outro ponto interessante para pensar o setor da música, é que, apesar de estar associada a produção da indústria cultural, ou como na preservação das belas artes, a música é uma prática social presente na vida cotidiana do povo brasileiro. Assim, a música é objeto de políticas culturais. No Brasil, as políticas culturais ganharam força, justamente no momento de desestruturação do mercado fonográfico, na década de 1990. As ações de políticas culturais para o setor são importantes, não só para garantir o acesso à diversidade da produção musical brasileira, como também para reconhecer as condições e práticas dos seus trabalhadores que demandam uma reformulação na legislação e regulamentação do setor, como também o incentivo a novos modelos de negócios, a formação de público, ampliação das condições de acesso, difusão e circulação desta extensa e sofisticada produção cultural. Será que a dinâmica atual de financiamento público atende as demandas levantadas pelo setor durante a elaboração do Plano Setorial de Música? Como o governo está conduzindo a implementação do Plano Setorial e de que forma os projetos financiados pela lei de incentivo à cultura nacional contribuem para diminuir os gargalos identificados pelo setor durante os diálogos com o governo?

Os paradigmas das políticas culturais

O tema sobre os paradigmas das políticas culturais é bastante extenso e não cabe aqui discutir suas transformações, e nem tão pouco, contextualizar a mudança do paradigma do conceito de cultura, que desencadeou na consolidação dos discursos de políticas culturais das décadas de 1980, e no final dos anos de 1990, acabou por estabelecer dois paradigmas de

políticas culturais: um francês de forte intervenção do estado em termos de financiamento e subsídio público, mediação cultural e acesso a produção simbólica; e o paradigma anglo-saxão, cujo foco são as indústrias criativas e sua capacidade de geração de propriedade intelectual, trabalho renda para empresas pequenas e médias organizadas em clustes criativos, ligados a uma gestão descentralizada das cidades. Esses paradigmas, juntamente com algumas escolas teóricas como os Estudos Culturais e Economia Política da Comunicação e da Cultura, fundamentaram os discursos multilaterais que pautam as relações políticas internacionais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nas últimas décadas, através das ações e programas da Unesco e Unctad.

Indústrias Criativas ou Culturais, sem desconsiderar os debates em torno da diferença conceitual e dos desafios de uniformizar a metodologia para medir o impacto das atividades criativas nas economias nacionais, não podemos ignorar que, ambos os conceitos fazem parte do contexto contemporâneo, e apresentam algumas diretrizes para a gestão pública da cultura. Tomando como referência a relação entre os conceitos de Cultura e Desenvolvimento e todos os debates e desdobramentos políticos relacionados ao tema, somos levados a reconhecer a influência das ações políticas ligadas aos setores das: Comunicações; Planejamento Urbano, Educação e Turismo para a configuração do contexto contemporâneo da gestão das políticas culturais nos últimos 50 anos. Arrisco dizer que uma política cultural eficiente tem que dialogar com diferentes setores da administração pública, principalmente entre as esferas nacionais, estaduais e municipais, assim como as interministeriais. Os debates sobre a exceção cultural e a produção audiovisual no contexto da desregulamentação do setor de telecomunicações, as discussões sobre a democracia cultural, o lugar das belas artes, e o papel do estado como mediador através da animação cultural, da educação artística e do acesso à diversidade da produção local em contraposição a indústria cultural global, a ideia de cidadania cultural e o direito a livre expressão artística, assim como a invenção pública da arte como revalorização do espaço urbano para o turismo, juntamente com a nova divisão do trabalho cultural, a horizontalização e o estabelecimento das redes de produção, são debates fundamentais para entender as ações de políticas culturais cujos princípios e ideologias estão implícitos nos relatórios e estudos das agências multilaterais.

As políticas Culturais Nacionais para o Setor da Música

São diversos os autores que escreveram sobre as políticas culturais brasileiras, entre os mais citados estão Albino Rubim, Lia Calabre, Isaura Botelho, Alexandre Barbalho, e José

Carlos Duran. Lendo esses autores, e principalmente Albino Rubim entendo que após a entrada de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, passamos a viver em um período de enfretamentos e de uma nova proposição de gestão pública da cultura. Primeiramente baseado por uma ampliação no entendimento do conceito de cultura, diretamente influenciado pelos discursos multilaterais especificamente da Unesco. A nova proposição de Política Cultural também contou com instrumentos reguladores, alguns já aprovados, outros ainda estão tramitando no Congresso Nacional para aprovação. Entre instrumentos são: Plano Nacional de Cultura; a PEC 416/05 que estabelece o Sistema Nacional de Cultura, - Emenda Constitucional Nº 48, de 10 de agosto de 2005, agora Lei Nº 12.343, de 2 de dezembro de - 2010, que acrescenta o art. 216-A à Constituição para regulamentar o SNC. E os instrumentos que ainda estão em tramitação: o Projeto de Lei nº 6722/2010 - Procultura que mudará a lei Rouanet e regulamentará o SNC; junto com a PEC 150/03, que vincula recursos orçamentários anuais ao setor (2% do Orçamento da União; 1,5% para os estados e 1% para os municípios). Essa PEC 150/03, assim que for aprovada proporcionará uma injeção de recursos que juntos as mudanças propostas pelo Pró-Cultura mudará a estrutura de financiamento da Cultura no Brasil. Em 2011 e 2012 foram aprovados o Plano de Economia Criativa e o Vale Cultura que são outros instrumentos legais e reguladores que pautam essa nova proposição.

Um dos principais elementos que diferenciaram os últimos 12 anos de administração pública foi a abertura para o diálogo e a consulta pública junto à sociedade civil. Os debates se iniciaram logo no início da gestão em 2002, a criação da agenda 21 para a Cultura foi um marco, assim como e a instalação das Câmaras Setoriais que mais tarde transformaram-se em Colegiados Setoriais. Um dos elementos que constituem a nova gestão das políticas culturais é o aspecto setorial e o entendimento que cada segmento demanda necessidades específicas. A Câmara Setorial de Música, criada pelo MinC em 2005 e coordenada pela Funarte a partir de inúmeras reuniões com a categoria musical, procurou em sua composição reunir agentes da cadeia através dos fóruns estaduais de música, através das entidades civis organizadas ligadas à música e o poder público através de representantes do Ministério da Cultura Para compreender a complexidade do assunto, a CSM procurou através de sete reuniões temáticas – Formação e memória; Questões trabalhistas; Direito autoral; Financiamento; Produção; Difusão; Consumo – uma discussão sobre os principais impasses do setor. Entre os principais elementos gargalos estão a necessidade de priorizar a implementação da lei da música nas escolas, a revisão da lei dos direitos autorais, da lei regulamentação do trabalho do músico –

OMB, dos impostos na comercialização de fonogramas. Também declarou ser necessárias ações para evitar a concentração dos recursos federais, a dificuldade de circulação de espetáculos pelos territórios nacionais e internacionais, a monopolização dos meios de difusão de massa.

Apesar de grandes transformações, dois dos mais importantes instrumentos para a regulamentação e efetivação de nova proposição de gestão pública da cultura, como exemplo o PróCultura e a PEC 150 que regulamentam e injetam recursos na área, não foram aprovados, e isso adicionado a uma série de dificuldades políticas internas, adiaram o alcance das metas do Plano Nacional de Cultura e inibiram mudanças significativas na realidade de que trabalha com Cultura no Brasil. Desde de 1995, a principal fonte de financiamento à Cultura são os investimentos da iniciativa privada em projetos aprovados na lei Rouanet. Sabemos que ela tem diversos elementos passíveis de crítica e não atende as demandas das classes culturais, bem como as decisões de financiamento ficam com as empresas patrocinadoras, e desviam de certa forma, as possibilidades de financiamento das ações de implementação das políticas culturais nacionais para ações de comunicação das empresas privadas. No ano de 2013, segundo o Portal da Transparência, o Ministério da Cultura realizou um orçamento de R\$ 1.182.524.908,52, enquanto os investimentos em Rouanet foram R\$ 1.239.805.767,87; Isso quer dizer que o valor investido pela iniciativa privada através de renúncia fiscal é pouca coisa maior do que todo orçamento do Ministério da Cultura. Ainda, apesar da criação dos Colegiados Setoriais, as instâncias e os órgãos responsáveis pela gestão pública da música, principalmente a Funarte, trabalhou no ano de 2013 com um orçamento no valor de R\$ 1.342.840,78. O setor de Música na Funarte é dividido entre música popular e erudita, com aproximadamente 3 funcionários por setor, para realizar a gestão e todo trabalho administrativo que envolve as demandas da música no país.

O financiamento público para a música através da Lei de incentivo a cultura federal - a lei Rouanet .

Para esse artigo focaremos apenas no financiamento público através dos investimentos realizados pela Lei Rouanet. Sabemos que para a música, são considerados os artigos 18º com renúncia de 100% do valor investido em projetos de música erudita e instrumental e a renúncia de 30% , acrescido o valor como despesa operacional para os projetos enquadrados no artigo 26º, que no caso da música é a música popular. Para essa análise será verificado o tamanho do setor da música no volume total de investimentos no ano de 2013. Após, será

estudada a relação de projetos apresentados, aprovados e captados para levantar o percentual de captação em relação ao valor que o Ministério da Cultura aprova em termos de projetos. Na sequência analisaremos as áreas da música de maior investimento entre os anos de 2008 e 2013 e a distribuição dos recursos por região. Em seguida analisarei os projetos especificamente, por tamanho de investimento e por categoria. Acredito que com esse primeiro estudo, será possível identificar se o investimento realizado com dinheiro de renúncia fiscal via lei de incentivo federal está e de que maneira atendendo as demandas do setor musical.

Tabela 1. Valor total investido pelas empresas privadas na Rouanet em 2013, dividido por Segmentos Cultural

2.013		
Segmento Cultural	Valor Total Captado	%
Artes Cênicas	R\$ 408.708.436,19	32,97%
Artes Integradas	R\$ 13.448.003,90	1,08%
Artes Visuais	R\$ 183.573.807,25	14,81%
Audiovisual	R\$ 91.497.471,54	7,38%
Humanidades	R\$ 99.518.714,98	8,03%
Música	R\$ 265.450.513,23	21,41%
Patrimônio Cultural	R\$ 177.608.820,78	14,33%
Total	R\$ 1.239.805.767,87	100%

Fonte: Tabulado pela autora, dados extraídos do sistema Salic Net em 10/2013.

Através da Tabela 1, é possível identificar que no ano de 2013, o setor musical não foi o que representou o maior investimento, porém representa 21,33% de todo recurso captado através da lei Rouanet no ano de 2013.

Tabela 2 Relação entre os valores apresentados, aprovados e captados no Segmento da Música entre os anos de 2008 e 2013

Ano	Apresentado	Aprovado	Captado	Relação entre o valor apresentado e captado	Relação entre o valor aprovado e captado
2008	R\$ 1.467.926.633,53	R\$ 1.033.946.702,78	R\$ 213.301.648,39	14,53%	20,63%
2009	R\$ 1.009.629.208,09	R\$ 697.098.571,03	R\$ 196.541.069,80	19,47%	28,19%
2010	R\$ 1.718.803.094,90	R\$ 1.258.800.839,44	R\$ 239.339.750,85	13,92%	19,01%
2011	R\$ 1.804.357.701,67	R\$ 1.566.449.337,10	R\$ 312.374.736,04	17,31%	19,94%
2012	R\$ 1.808.922.298,09	R\$ 1.685.598.246,55	R\$ 285.852.916,08	15,80%	16,96%
2013	R\$ 2.004.718.010,37	R\$ 1.568.892.809,63	R\$ 265.450.513,23	13,24%	16,92%

Fonte: Tabulado pela autora, dados extraídos do sistema Salic Net em 10/2013 e 02/2014

Através da Tabela 2 é possível identificar que menos de 20% dos projetos apresentados para Ministério da Cultura conseguem captar recursos. E esse percentual aumenta se considerarmos os valores aprovados pelo Minc. Se considerarmos os percentuais de captação em relação aos valores aprovados em 2008 e compararmos aos percentuais apresentados no ano de 2013, é possível identificar uma queda de quase 5 pontos percentuais nesses seis anos.

Tabela 3 . Valores investidos no Segmento de Música entre os anos de 2008 e 2013 dividido por área.

Música	2.008	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013
	R\$ 213.301.648,39	R\$ 196.541.069,80	R\$ 245.798.660,62	R\$ 312.379.207,71	R\$ 290.961.085,99	R\$ 265.450.513,23
Artes Integradas			R\$ 6.979.008,16	R\$ 10.724.969,83	R\$ 2.888.452,28	R\$ 456.291,39
Música Erudita	R\$ 88.017.500,46	R\$ 68.511.614,24	R\$ 95.531.117,80	R\$ 124.926.652,82	R\$ 113.112.259,23	R\$ 100.887.779,82
Música Instrumental	R\$ 73.422.960,03	R\$ 76.861.851,74	R\$ 81.824.764,09	R\$ 98.329.031,14	R\$ 110.621.496,10	R\$ 113.657.013,70
Música Popular	R\$ 50.086.617,40	R\$ 51.131.603,82	R\$ 54.629.364,18	R\$ 71.453.832,09	R\$ 57.278.627,29	R\$ 50.141.926,57
Orquestra	R\$ 154.570,50	R\$ 36.000,00	R\$ 34.000,00	R\$ 4.000,00		
Áreas Integradas	R\$ 1.620.000,00		R\$ 6.800.406,39	R\$ 6.940.721,83	R\$ 7.060.251,09	R\$ 307.501,75

Fonte: Tabulado pela autora, dados extraídos do sistema Salic Net em 10/2013.

Conforme apresentado acima, as áreas de música erudita e instrumental estão enquadradas no artigo 18º isso quer dizer que a renúncia fiscal do valor investido é de 100%. Isso explica as diferenças entre os valores captados nas duas áreas e na música popular. Ao observar os anos analisados na Tabela 3 podemos perceber que existe uma oscilação entre as áreas que mais receberam recurso, quando consideramos a música erudita e instrumental. . No ano de 2013 a área que mais recebeu recurso foi a música instrumental.

Tabela. Valores investidos no Segmento de Música entre os anos de 2008 e 2013 e índice da distribuição dos recursos em relação ao valor total investido dividido por região.

Total de música por ano	2.008	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	Média de percentual
	#####	R\$ 196.541.069,80	R\$ 245.798.660,62	#####	#####	R\$ 265.450.513,23	
Centro Oeste	4,75%	8,32%	4,72%	4,77%	5,13%	3,42%	3,50%
Norte	0,25%	0,87%	2,32%	0,24%	0,67%	0,76%	0,56%
Sul	8,06%	7,47%	11,36%	11,55%	12,10%	15,58%	7,91%
Sudeste	80,60%	77,52%	74,47%	78,74%	76,64%	75,38%	73,07%
Nordeste	6,34%	5,82%	7,13%	0,00%	5,45%	4,86%	4,97%

Fonte: Tabulado pela autora, dados extraídos do sistema Salic Net em 10/2013.

Ao observar os valores investidos por ano e a distribuição dos recursos, é possível afirmar certamente a existência de uma forte concentração desses recursos na região do sudeste. Em média 75% dos recursos investidos entre 2008 e 2013 ficaram na região sudeste.

Tabela. Divisão dos Projetos que receberam investimentos em 2013 por tamanho do investimento.

Grupos de Projetos de Música em 2013	Nº de Projetos	Total de Captação	% em relação ao total de projetos	% em relação ao Total Captado	Média dos valores captados por projetos
Grupo 1 - Projetos entre R\$ 11.500.000,00 e 5.600,000	4	37.122.463,98	0,47%	13,98%	R\$ 9.280.616,00
Grupo 2 - Projetos entre R\$ 5.500.000,00 e 2.000.000,00	6	24.958.017,22	0,71%	9,40%	R\$ 4.159.669,54
Grupo 3- Projetos entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 1.000.000,00	40	60.207.602,63	4,73%	22,68%	R\$ 1.505.190,07
Grupo 4- Projetos entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 600.000,00	36	33.595.004,38	4,26%	12,66%	R\$ 933.194,57
Grupo 5- Projetos entre R\$ 600.000,00 e R\$ 300.000,00	118	54.489.131,33	13,95%	20,53%	R\$ 461.772,30
Grupo 6 - Projetos entre R\$ R\$ 300.000,00 a 150.000,00	153	30.818.020,64	18,09%	11,61%	R\$ 201.424,97
Grupo 7 - Projetos entre R\$ 150.000,00 a R\$ 50.000,00	248	19.399.812,46	29,31%	7,31%	R\$ 78.225,05
Grupo 8 - Projetos de menos de 50.000,00	241	4.860.463,59	28,49%	1,83%	R\$ 20.167,90
Total	846	265.450.516,23	100,00%	100,00%	R\$ 313.771,30

Fonte: Tabulado pela autora, dados extraídos do sistema Salic Net em 01/2014.

No ano de 2013, 846 projeto receberam investimentos da iniciativa privada. Destes, apenas 0,47% recebeu o total de 13,98% dos R\$ 265.450.546,23 investidos no setor de música neste ano. Foram 4 projetos que receberam em média R\$ 9.000.000,00 entre os projetos estão o Projeto do Rock in Rio e a manutenção das Fundações das Orquestras Sinfônica Brasileira e a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Esses projetos foram categorizados como pertencentes ao grupo 1 de projetos que receberam entre R\$ 11.500.000,00 e R\$ 5.600.000,00. O grupo 2, que representam os projetos nos valores de R\$ 5.500.000,00 e R\$ 2.000.000,00 é constituído por 6 projetos que representam menos de 1% dos projetos que captou quase 10% de todo valor investido e que recebeu em média pouco mais de R\$ 4.000.000,00 por projeto. Entre esse projetos estão diversos projetos em comemoração ao natal, e manutenção de orquestras, a manutenção do Instituto Bacarelli e a programação de espetáculos de música erudita do teatro Cultura Artística. Juntos os grupos 1 e 2 captaram pouco mais de 20% dos recursos investidos e representam menos de 2% dos projetos.

Representando menos de 10% dos projetos, os grupos 3 e 4 captou aproximadamente 34% dos recursos investidos no setor em 2013, tendo em média de investimentos

aproximadamente R\$ 1.500.000,00 para projetos do Grupo 3 e R\$ 950.000,00 para os projetos do grupo 4. Os grupos 5 e 6 representam quase 31% dos projetos que receberam investimento, e captaram cerca de 31% dos investimentos em média R\$ 450.000,00 por projetos do grupo 5 e R\$ 200.000,00 para o grupo 6. Os grupos 7 e 8 são os maiores grupo em termos de volume de projetos. Cerca pouco menos de 60% que conseguiram captar pouco mais de 9% do volume total investido no ano em música. Isso comprova mais uma das críticas tão aplicadas a Rouanet, além da concentração dos recursos na região Sudeste, como foi possível identificar em tabela anterior, existe uma concentração dos recursos em grandes projetos considerando que os maiores projetos são de manutenção de orquestras, mostras e festivais.

Tabela. Divisão dos Projetos que receberam investimentos em 2013 por Categoria de Projetos.

Categoria de Projetos 2013	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Total de Projetos	Percentual em relação ao n° de projeto por categoria	Distribuição do Orçamento por categoria de projeto
Projetos de Manutenção e Programação de Fundações, Institutos, Casas de Espetáculo, Orquestra Sinfônica e Projetos Sociais de Educação Musical .	3	3	4	3	23	34	47	33	150	17,73%	R\$ 74.698.391,97
Festivais de Grande, Médio e Pequeno Porte, Mostras e Prêmios, Temporadas de Orquestras e Espetáculos Temáticos	1	3	29	28	89	94	134	155	584	69,03%	R\$ 165.412.673,77
Produção Circulação de Espetáculos Artísticos de Artistas contratados por majors, Artistas Celebridade do show business, Artistas com Reputação na História da MPB,			4	3	6	4	5	1	23	2,72%	R\$ 8.790.601,56
Espectáculos de Rua e Festas Populares			3	2		6	6	3	20	2,36%	R\$ 11.299.996,96
Produção Circulação de Espetáculos Artísticos e Fonogramas de Artistas Independentes com trabalhos regionais e locais ou produção de concertos de artistas em música erudita						9	19	41	69	8,16%	R\$ 5.248.851,97
	4	6	40	36	118	147	211	233	846	100,00%	265.450.516,23

Fonte: Tabulado pela autora, dados extraídos do sistema Salic Net em 01/2014.

Para essa análise foram criadas 5 categorias de projetos, e observados os resumos de cada um para que pudessem ser inseridos na classificação proposta:

- Projetos de Manutenção e Programação de Fundações, Institutos, Casas de Espetáculo, Orquestra Sinfônica e Projetos Sociais de Educação Musical .
- Festivais de Grande, Médio e Pequeno Porte, Mostras e Prêmios, Temporadas de Orquestras e Espetáculos Temáticos

- Produção Circulação de Espetáculos Artísticos de Artistas contratados por “*majors*”, Artistas Celebridade do show business , Artistas com Reputação na História da MPB,
- Espetáculos de Rua e Festas Populares
- Produção Circulação de Espetáculos Artísticos e Fonogramas de Artistas Independentes com trabalhos regionais e locais ou produção de concertos de artistas em música erudita

Foram analisados os tipos de projetos de cada grupo e identificado alguns comportamentos interessantes. A ausência de projetos de artistas individuais nos grupos de maior e menor valor de investimento, porém nos grupos intermediários encontramos a participação de projetos de artistas individuais que pertenciam ao “*Mainstream*” como a Maria Betânia, Caetano Veloso, Claudia Leite entre outros. A categoria de projetos que mais recebeu investimentos foi a categoria de mostras, festivais, e prêmios que demonstram um injeção de recursos no circuito exibidor de espetáculos. No entanto, apesar da criação da Associação Brasileira de Festivais Independentes - ABRAFIN, ainda não existe uma orientação por parte do governo para mapear esse circuito de modo a torna-lo oficial e sequenciado, para que os artistas possam buscar oportunidade junto ao produtores desses festivais e ampliem as possibilidades de circulação de espetáculos. Essa dinâmica acaba por isolar os produtores em suas próprias redes de contato, diminuindo a força e o impacto que esses recursos poderiam oferecer para o setor.

A maior categoria em número de projeto e valor de investimento é a categoria de festivais, mostras e prêmios, a segunda é a categoria de manutenção dos espaços, seguida de eventos de rua. 28,14% dos recursos investidos foram aplicados em projetos de manutenção com uma média de poucos menos de R\$ 500.000,00 por projeto. 62,31% dos recursos foram investidos em projetos de mostras, festivais e prêmios com uma média de aproximadamente R\$ 280.000,00 por projeto. Um elemento interessante está apresentado na categoria projetos de artistas individuais ligados as “*majos*” ou aos “*Mainstream*”. apenas 3,31% dos recursos foram aplicados em projetos desta categoria, porém o valor médio por projeto foi de R\$ aproximadamente R\$ 380.000,00 o que mostra o interesse por projetos de grandes produções por parte desses artistas. Em relação as festas populares 4,26% dos recursos foram investidos nesse tipo de projetos com uma média por projeto de pouco mais de R\$ 550.000,00 e para finalizar e demonstrar como os financiamentos da Lei Rouanet não tem relevância para os artistas com pouco reconhecimento de público, esse perfil de projeto tem pouco acesso ao

financiamento através da lei de incentivo federal, com apenas 2% dos recursos que foram investidos em projetos dessa natureza com uma média de R\$ 76.070,32 por projeto.

Considerações Finais

A música é o segundo segmento cultural que mais captou recursos no ano de 2013, e em relação aos projetos aprovados no Ministério da Cultura, foi captado 20% do valor total aprovado. A área do segmento da música que captou o maior volume de recursos oscilou entre música erudita e instrumental nos anos de 2008 e 2013, isso por conta das áreas serem enquadradas no artigo 18º com 100% de renúncia fiscal. Porém no ano de 2013, a área da música que mais recebeu recurso foi a música instrumental. Através dos dados do Sistema Salic Net foi possível identificar a concentração dos recursos da música na região sudeste com uma média de 75% dos investimentos.

Assim como em outros segmentos culturais, a música também apresentou uma concentração dos investimentos em projetos de grandes orçamentos e produções. Isso demonstrou uma relação direta com o interesse em visibilidade e comunicação por parte do patrocinador. Considerarmos o limite 20% do total do orçamento permitido pela lei Rouanet para ser investido no plano de comunicação dos projetos, e mesmo sabendo que dois com os maiores investimentos são projetos de manutenção de importantes orquestras brasileiras, temos, como terceiro caso o projeto do Rock in Rio, um investimento de R\$ 1.800.000,00 em comunicação.

Em relação a categoria de projeto de maior investimento no segmento musical, como apresentamos acima foi a categoria Festival, Mostras e Prêmio, o que demonstra a existência de uma infinidade de apresentações ao vivo que infelizmente não recebem uma orientação adequada para ser trabalhado como circuito exibidor de música. Mesmo sendo uma das demandas da classe musical, o governo ainda não consegue ter amplitude de trabalho para otimizar os impactos causados na cultura pela viabilização de todos esses projetos. O que podemos perceber em termos de resultado das políticas culturais para a área de música, é que existem diferentes documentos, com planos, estratégias e diretrizes, no entanto, a gestão do setor da música ainda está centralizada na Funarte – pensando na política federal e na dificuldade de diálogo entre o governo central, os estados e as municipalidades. Reconhecemos que a classe musical está se organizando em pequenos empreendimentos e procurando diferentes formas de financiamento em ações alternativas no Brasil e no mundo. Apesar de toda repercussão do conceito de economia criativa no ano de 2012, os resultados

após dois anos de implementação da Secretaria de Economia Criativa ainda deixa muito a desejar. A música é, sem dúvida, objeto nas políticas culturais anglo-saxônicas principalmente aquelas pensadas em relação ao trabalho do artista e dos aglomerados culturais. O setor da música, por ter sofrido os impactos das mudanças estruturais das indústrias culturais durante os anos 1980, está em busca de uma reestruturação e é um setor com bastante aderência aos modelos de negócios digitais, e para a organização de clusters criativos ligados ao entretenimento e vida noturna, que dinamizam as fontes de renda e estabelecem redes de trabalho para a realização de projetos temporários.

Se fizermos uma breve leitura nos Plano Nacional de Cultura e no Plano Setorial da Música, é possível identificar uma série de metas importantes para o setor. Separando algumas, sabendo que todas atingem direta ou indiretamente as necessidades apontadas pela classe é possível reconhecer que muitas delas dependem não somente de financiamento, como também de muitos debates e diálogos entre as esferas da federação e seus Ministérios e Secretarias. Podemos identificar uma série de metas que demandam relações interministeriais como a Educação, Comunicação, Turismo como exemplo: a Meta 7) 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas (p. 36), a Meta 8) 110 territórios criativos reconhecidos (p. 38), Meta 10) Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros (p. 42), Meta 12) 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural (p. 46), Meta 39) Sistema unificado de registro público de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor implantado (p.106) Meta 46) 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados (p. 122). E em relação ao Plano Setorial de Música: Tornar a formação musical uma política de Estado – continuada e integrada; Desenvolver mecanismos de incentivo; fomento e apoio à cadeia produtiva da música; Promover um mapeamento amplo e imediato de toda a cadeia produtiva da música e a inclusão do setor da música na matriz de insumo-produto utilizado pelo IBGE; Consolidar e fomentar a circulação da música brasileira por meio da ocupação e reaparelhamento dos espaços culturais, garantindo a produção musical independente e regional, mercado de trabalho e programação anual. Fomentar o crescimento do mercado de trabalho formal na área de música. Aperfeiçoar a Estrutura Legal Vigente sobre Direitos Autorais. (CNPC: 2010)

Ao observar essas metas e analisar para onde vão os investimentos na Lei Rouanet, é possível afirmar que, apesar dos esforços, a atual política cultural nacional de financiamento à cultura não atende as necessidades apresentadas pelo setor. Também, entraves identificados que demandam uma relação interministerial e uma postura mais definida em relação às ações, não alcançaram os resultados esperados, mesmo com todo trabalho desenvolvido pela Secretaria de Economia Criativa para abrir os diálogos com outros ministérios. Outro ponto fundamental para alcançar as metas que trarão mudanças efetivas é a ampliação da capacidade de trabalho da Funarte, descentralização da gestão da música na matriz do Rio de Janeiro, equipando suas salas em outros estados e contratando técnicos que consigam entender e atender as demandas de cada região.

Apensar de diversas ações realizadas ao longo desses 12 anos de gestão do PT, os principais instrumentos reguladores para a implementação da nova proposição da gestão pública da cultura, depende ainda de aprovação, como a PEC 150 e o Pró-Cultura, que além da injeção financeira permitirá que o Fundo Nacional de Cultura seja distribuído por Setores, e certamente ampliará os diálogos entre as instâncias, federais, estaduais e municipais através da regulamentação do Sistema Nacional de Cultura. Enquanto esses instrumentos não forem aprovados, as ações e as demandas do setor não serão efetivamente atendidas, por mais que tenham boa vontade os técnicos da Funarte. Para que os resultados de uma política cultural justa sejam alcançados no Brasil, precisamos batalhar para alcanças as metas do Plano Nacional de Cultura, que de certa forma, procurou entender os paradigmas contemporâneos de políticas culturais e adequá-los a nossa realidade, agora basta que efetivem as proposições iniciadas há 12 anos para que seja possível caminhar um pouco mais para melhorar as condições da cultura nesse país.

REFERÊNCIAS:

Plano Nacional de Cultura - <http://www2.cultura.gov.br/site/2012/06/27/plano-nacional-de-cultura-38/> último acesso em 04/2014

Plano Setorial da Música – <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/10/plano-setorial-de-musica-versao-impressa.pdf><http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/10/plano-setorial-de-musica-versao-impressa.pdf> último acesso em 04/2014

Sistema Salic Net - <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php> último acesso em 04/2014